

Márcio Oliveira

## **Funcionamento familiar e delinquência juvenil: a importância da supervisão parental**



Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Licenciatura em Criminologia

Porto, 2018



Márcio Oliveira

**Funcionamento familiar e delinquência juvenil: a importância da supervisão parental**



Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Licenciatura em Criminologia

Porto, 2018

Márcio Oliveira

## **Funcionamento familiar e delinquência juvenil: a importância da supervisão parental**

Márcio Oliveira

---

Trabalho apresentado à Universidade  
Fernando Pessoa como parte dos  
requisitos para obtenção do grau de  
Licenciado em Criminologia sob  
orientação da Doutora Sónia Caridade.

## **Resumo**

A investigação na área dos comportamentos juvenis, e nomeadamente, nos comportamentos negativos que conduzirão ao fenómeno de delinquência juvenil é ainda escassa. Importa, de facto, explorar os fatores que estão na raiz desta problemática para que haja uma atuação muito mais preventiva e, por isso, eficaz.

O presente trabalho intitulado de “Funcionamento familiar e delinquência juvenil: a importância da supervisão parental” tem como objetivo perceber qual o papel da família como influência, ou seja, como entidade que poderá criar condições para que as suas gerações mais novas adotem comportamentos antissociais. Para além disso, importa-nos particularmente perceber de que forma a supervisão parental poderá ajudar a compreender a adoção de comportamentos antissociais pelos seus filhos, geralmente com início no meio escolar. Tudo isto será realizado numa perspetiva de pudermos pensar em medidas preventivas de ação.

Deste modo, a amostra a utilizar neste projeto de investigação serão 37 jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos de idade referenciados numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da zona norte do país, pela problemática de absentismo escolar nos anos de 2013 até o ano de 2017.

O instrumento utilizado nesta proposta de investigação é a entrevista semiestruturada para recolha de informação, uma para os pais/cuidadores e outra para os jovens que compõem a amostra.

Será expectável que a falta de supervisão parental (particularmente no que diz respeito ao acompanhamento da vida escolar e tudo o que isso envolve a nível de relações sociais) seja um dos fatores que influencie a prática de comportamentos delinquentes pelos jovens.

A identificação precoce dos fatores que podem influenciar um desenvolvimento biopsicossocial saudável dos jovens constitui-se uma prioridade face ao fenómeno que se impõe na atualidade.

**Palavras-chave:** Comportamentos antissociais, delinquência juvenil, família, supervisão parental

## **Abstract**

Research on juvenile behavior area, and in particular on the negative behavior that will lead to juvenile delinquency, is still scarce. In fact, it is important to explore the factors that are at the root of this problem to have a much more preventive and therefore effective action. The present work entitled "Family functioning and juvenile delinquency: the importance of parental supervision" aims to perceive the role of the family as a influencer, that is, as an entity that can create conditions for its younger generations to adopt antisocial behaviors. In addition, it is particularly important to identify which failures in the system of parental supervision justify that their children adopt these behaviors, often starting with doing so in school. All of this will be done in a perspective that we can think of preventive measures of action.

In this way, the sample to be used in this research project will be 37 young people between 11 and 17 years old referenced in a Commission for the Protection of Children and Youth in the north of the country, due to the problem of school absenteeism in the years 2013 until the year 2017.

The instrument used in this research proposal is the semi-structured interview to collection information, one for the parents / caretakers and another for the young people that compose the sample.

It will be expected that the lack of parental supervision (particularly with regard to the monitoring of school life and all that this involves in social relations) is one of the factors that influence the practice of delinquent behavior by young people.

Early identification of the factors that may influence a healthy biopsychosocial development of young people is a priority in the face of the current phenomenon.

**Key words:** Antisocial behaviors, juvenile delinquency, family, parental supervision.

## **Agradecimentos**

À professora Sónia Caridade, pela orientação, motivação, apoio e disponibilidade total demonstrada. Sem o seu contributo não teria sido possível chegar a este resultado final.

Aos restantes docentes da licenciatura pelo acompanhamento e colaboração.

À presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e restantes colaboradores, pela oportunidade de crescimento e desenvolvimento profissional.

Aos meus amigos pela camaradagem e motivação transmitidas.

À minha namorada pelo apoio, coragem e incentivo demonstrados.

À minha família em especial, não só por me proporcionar esta formação em Criminologia e por todo o apoio ao longo destes anos, mas também pela influência que representam a nível do meu crescimento pessoal.

## Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>11</b>
1.    Conceitos .....	11
1.1.    Delinquência Juvenil .....	11
1.2.    Funcionamento Familiar .....	12
2.    Estudos de prevalência sobre a delinquência juvenil .....	15
2.1.    Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrole.....	16
2.2.    Da vitimização infantil ao desvio e delinquência infantil: estudo exploratório com a aplicação do instrumento ISRD-2.....	19
<b>CAPÍTULO II – PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>22</b>
1.    Objetivos do estudo .....	22
2.    Método .....	23
2.1.    Participantes .....	23
2.2.    Instrumentos .....	24
2.3.    Procedimentos .....	26
3.    Apresentação e discussão de resultados expectáveis .....	27
Conclusão.....	30
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>32</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>34</b>

## **Introdução**

Ser adolescente nos dias de hoje afigura-se um desafio cada vez maior. Várias são as mudanças culturais, sociais e económicas que os jovens estão a experienciar. “A crise do emprego, nomeadamente, tem vindo a dar origem a um grande aumento do desemprego juvenil e a uma precariedade do mercado de trabalho dando, com frequência, lugar a uma descoincidência entre o investimento feito na educação e formação e as possibilidades de uma inserção durável no mercado de trabalho.” (Perista, Cardoso, Silva & Carrilho, s/d, p.7).

Deparando-se com diversos obstáculos, há naturalmente um prolongamento da adolescência, ficando por se dar a transição para aquela que seria de esperar a próxima etapa das suas vidas, a conquista da autonomia e independência, o início de um novo ciclo familiar. “As sociedades actuais afiguram-se, pois, de grande exigência para a juventude que deixou de ser uma idade suave para ser vivida num contexto de forte instabilidade e pressão social.” (Perista et al., s/d, p.7).

A família, e particularmente as figuras parentais, são, nos dias de hoje, a base de sustentação afetiva, social e financeira destes jovens até muito mais tarde que outrora. Deste modo, torna-se fulcral que haja por parte da família um acompanhamento contínuo e efetivo dos jovens desde o seu nascimento.

As problemáticas do funcionamento familiar e a delinquência juvenil tendem, cada vez mais, a estar relacionadas. De acordo com a Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990), as práticas parentais ineficazes são a principal causa do baixo autocontrolo dos jovens, e por sua vez, o autocontrolo é a condicionante principal dos comportamentos delinquentes. Segundo estes autores, os cuidadores das crianças deveriam ser capazes de reconhecer e corrigir as demonstrações de falta de autocontrolo, suprimindo progressivamente o seu comportamento impulsivo.

Na sequência da experiência de estágio, numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), apercebi-me que a problemática da delinquência juvenil estava associada ao mau funcionamento no seio familiar. Afigurou-se pertinente elaborar um projeto de investigação acerca da influência do funcionamento familiar no comportamento dos jovens, com vista a

contribuir para a desmistificação de crenças legitimadoras em que as práticas educativas ineficazes por parte dos progenitores contribuem para o referido fenómeno.

O presente trabalho encontra-se estruturado em dois capítulos. No primeiro capítulo podemos encontrar o enquadramento teórico, com a problematização do conceito de delinquência juvenil e aquilo que envolve o conceito funcionamento familiar; seguidamente é efetuada uma revisão da literatura sobre o tema tratado, a identificação de alguns trabalhos já realizados e respetivos resultados. No segundo capítulo é descrito o projeto de investigação, envolvendo a especificação dos objetivos, método utilizado, caracterização da amostra, instrumentos a utilizar na recolha de dados, procedimentos a observar na implementação do programa, apresentação e discussão dos resultados expectáveis e conclusões, com alusão às potencialidades/limitações da proposta de investigação e sugestões para futuros estudos.

## **Capítulo I – Enquadramento teórico**

### **1. Conceitos**

#### **1.1. Delinquência Juvenil**

A definição deste conceito é ainda uma questão geradora de alguma discussão entre os investigadores.

Em termos jurídicos, o conceito de delinquência juvenil está relacionado com a conduta praticada e com a idade do praticante. É, assim, entendido como “toda a conduta praticada por um menor (em termos criminais), ou seja, com idade inferior aos 16 anos, que seja suscetível de sanção Jurídico-Criminal” (Sampaio, 2010, p.8). No entanto, é difícil entender este conceito, uma vez que têm vindo a ser adotadas várias perspetivas de acordo com as várias disciplinas que o estudam.

Muitas das vezes encarada como uma simples fase de transição entre a infância e a idade adulta, a juventude/adolescência traz consigo um conjunto de alterações a nível físico, psicológico, cognitivo e social. “Apesar de ser imediatamente identificada como uma etapa da vida e ser definida em termos etários, a juventude está longe de ser uma realidade biológica; ela é, sim, uma condição social que se tem vindo a constituir histórica e socialmente.” (Perista et al., s/d, p.7). Seguindo uma perspetiva desenvolvimental, a investigação tem vindo a sugerir que o período da adolescência é propenso à adoção de várias formas de desvio das normas sociais vigentes (World Youth Report, 2003).

Segundo Silva (2002), o termo delinquência juvenil tem vindo a ser amplamente utilizado sobre as questões relacionadas com a transgressão na adolescência. No entanto, refere que seria preferível utilizar o termo comportamento delincente, uma vez que atribui uma conotação de algo mais transitório, contrariamente ao termo delinquência juvenil que atribui um carácter mais duradouro e continuado.

A gravidade dos comportamentos delinquentes varia de acordo com o tipo de comportamento: comportamentos que põe em causa valores institucionais/sociais e comportamentos triviais, que

apesar de não serem uma ameaça para esses valores, são considerados ofensivos para a sensibilidade dos outros. Sempre que um crime é cometido por menores, tendo em conta que se encontram numa situação de inimputabilidade criminal, é considerado delinquência (Negreiros, 2016, pp.158-159).

## **1.2.Funcionamento Familiar**

Todos achamos saber o que é a família, no entanto, não existe uma definição universal. Para além disso, o conceito de família tem vindo a alterar-se ao longo dos tempos, a par da evolução social, adquirindo um âmbito mais vasto, sendo que, atualmente, o destaque é dado aos sentimentos/afetos em detrimento da perspetiva biológica evocada em tempos (Dias, 2011).

Segundo a OMS (1994, citado por Saúde e Violência da ARS Algarve, s/d) o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, pareceria sexual ou adoção. Qualquer grupo cujas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum, deve ser encarado como família.

Tendo em conta que a família pode ser vista como um sistema (Dias, 2011), o conceito de funcionamento familiar é necessariamente descrito de forma mais ampla. Seja qual for o modelo de família, ela é sempre um conjunto de pessoas consideradas como uma unidade social, como um todo sistémico onde se estabelecem relações entre os seus membros e o meio exterior (Dias, 2011).

Sendo considerada um sistema, a família como um todo está sujeita a influências quer internas como externas.

A nível interno, sabemos que a família vai avançando ao longo do tempo através do ciclo vital da família. Deste modo, vai sofrendo transformações que a ajudem a adaptar a cada uma das fases do ciclo que se inicia com a formação do casal, seguida de família com filhos pequenos, família com filhos na escola, família com filhos adolescentes e, por fim, família com filhos adultos que darão início a um novo ciclo (Vicente, 2010 citado por Relvas, 1996).

Quando o todo não se consegue adaptar às novas fases que se vão sucedendo, pode haver uma crise de desenvolvimento. A família desempenha neste ciclo um papel estabilizador (Dias, 2011).

A nível externo, a família enquanto sistema deve permitir-se interagir com o sistema social “onde as relações entre estes dois sistemas permitem ora continuidade, ora mudança nos dois sistemas” (Dias, 2011, p.150). No entanto, para que o sistema familiar se mantenha em equilíbrio ao mesmo tempo que acompanha os avanços e retrocessos da sociedade, é importante que haja um conjunto de regras estabelecidas.

A família, e particularmente o subsistema parental que inclui (Pedro, 2009), deverá atuar como um travão contra as influências desviantes, proporcionando ao jovem uma fonte de motivações para se conformar com as normas e regras sociais. Segundo Ferreira (1997, p.917), “a adolescência ocupa um lugar singular entre a infância e a idade adulta, caracterizado por um estado que não é de dependência absoluta nem de responsabilidade completa. Os adolescentes distribuem-se por um contínuo entre a liberdade e o controlo.” O funcionamento adequado da família ajuda a inibir os impulsos desviantes, limitando a probabilidade de os comportamentos delinquentes ocorrerem. “A família é o elemento mais firme, mais seguro e mais estruturante da personalidade dos seus membros. É o local privilegiado para a formação do carácter dos filhos, sendo que os adultos desempenham um papel decisivo no pleno desenvolvimento das capacidades, atitudes e valores que sustentam as competências do sistema como um todo.” (Dias, 2011).

Para além das influências externas, os laços afetivos, são papéis que se desenvolvem nas famílias, independentemente do tipo de família, sendo que as crianças necessitam sempre de auxílio para que cresçam saudáveis. Os vínculos afetivos da família com os jovens são uma variável imperativa nas escolhas e desenvolvimento dos mesmos, a vários níveis, nomeadamente, a nível comportamental. “Havendo relações familiares equilibradas o próprio processo sistémico permitirá o equilíbrio do sistema como um todo, ao mesmo tempo que estabelece uma ligação com a sociedade, contribuindo desta forma para o equilíbrio social.” (Dias, 2011).

A raiva, a frustração, a baixa autoestima, a hostilidade e os elevados níveis de angústia, sentimentos mencionados na caracterização do aluno absentista, podem ser fruto de práticas

parentais e educativas que revelam cuidados irregulares. O contrário também se verifica, isto é, se as práticas parentais forem saudáveis, moral, social e psicologicamente, estimulam-se na criança comportamentos assertivos que conseqüentemente geram boas intenções sociais. (Cardoso, 2014). Ou seja, a família pode constituir-se tanto como um fator protetor/facilitador, como um fator risco/dificultador para o desenvolvimento dos jovens.

### **1.2.1. Importância da supervisão parental**

Como salientado no tópico anterior, é particularmente no subsistema parental que estão postas as funções executivas, no sentido de educar e proteger as gerações mais novas (Alcarão & Gaspar, 2007).

A supervisão parental é essencial na boa formação das crianças e dos jovens. Uma supervisão efetiva por parte dos pais ou responsáveis por tal permite uma facilidade no conhecimento das atividades da criança, das suas influências e dos seus pares. Esta supervisão pode ser concebida como um conjunto de ações através da atenção parental personificada na criança, nas suas atividades rotineiras e na perceção da integração da mesma em variados contextos.

A promoção de comportamentos pró-sociais na infância garante segurança e depende da consistência e da qualidade da supervisão parental. Para além disso, quanto maior é o nível de comunicação e o envolvimento parental, maior é o sucesso académico dos seus filhos (Barradas, 2012). Esta premissa valida o desenvolvimento de projetos e ações que envolvam os pais nas dinâmicas escolares ou associadas e assim se tornem uma influência positiva. A família deve constituir-se uma via aberta de comunicação e pareceria efetiva com a escola e desta forma evitar comportamentos que afetem o desempenho escolar dos jovens e a relação com o grupo de pares (Barradas, 2012).

Existem fatores proteção e de risco associados à supervisão parental. Os de proteção contribuem para reduzir o risco dissuadindo as práticas de comportamentos antissociais e desenvolvendo competências pró-sociais. A supervisão positiva, as interações dos pais com as ofertas sociais ou mesmo a orientação para as rotinas domésticas refletem estímulos positivos promovidos pela

família e um bom ambiente familiar. Estes promovem o sucesso escolar. Os fatores de risco que se coligam ao baixo rendimento escolar podem ser a fraca união familiar, comportamentos antissociais e anti normativos dos pais, pobreza e carências ao nível psíquico. Estes podem gerar na criança ou jovem delinquência, problemas educacionais, absentismo e abandono escolar, depressão e outras condutas antissociais (Cardoso, 2014).

Nestes casos, a família deve ser ajudada e devidamente acompanhada, de forma a colmatar o fenómeno de imprevisibilidade (Alcarão & Gaspar, 2007), que se caracteriza pela “falta de consciência dos padrões de comportamento e dos sistemas de regulação familiar” (Alcarão & Gaspar, 2007, p.90).

De acordo com Ross e Hill (2000, citado por Alcarão & Gaspar, 2007, p.90) “a imprevisibilidade ocorre quando os elementos da família não são capazes de, ou não querem, cumprir consistentemente com as suas responsabilidades tais como cuidar (dar afeto e alimento). A imprevisibilidade também ocorre quando falham os sistemas de regulação ou os mecanismos de manutenção das expectativas (a violação das regras não é punida). Os pais, ou seus substitutos, são [pois] considerados como elementos chave do caos ou instabilidade familiares”.

Segundo (Alcarão & Gaspar, 2007), pais exigentes e responsivos têm filhos mais competentes a nível social e, conseqüentemente com menos problemas de comportamento. Pelo contrário, filhos com pais permissivos, não envolvidos, com poucas regras estabelecidas e controlo precário, estão associados a menor responsabilidade/assertividade social e a maior dependência.

## **2. Estudos de prevalência sobre a delinquência juvenil**

Os estudos desenvolvidos nesta área são ainda muito escassos, não permitindo que se atue de forma precoce e na raiz do problema. Por forma a perceber quais os fatores que mais se têm estudado no âmbito da delinquência juvenil, foi realizada uma pesquisa, seguida de uma análise essencialmente de dois estudos. O primeiro (“Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrolo”, (Gomes & Pereira, 2014)) teve como objetivo principal averiguar

de que forma o funcionamento familiar tem influência sobre o fenómeno de delinquência juvenil, sendo o principal mediador desta relação o autocontrolo dos jovens. O segundo estudo (“Da vitimização infantil ao desvio e delinquência juvenil: estudo exploratório com a aplicação do instrumento ISRD-2” (Costa, 2013)) pretendeu, de forma mais objetiva, estudar quais os comportamentos delinquentes adotados pelos jovens tendo em conta se se encontram institucionalizados, referenciados na CPCJ ou nenhuma destas condições. Para além disso, foi estudada uma outra variável, a vitimização infantil, como condicionante para a adoção de comportamentos antissociais.

### **2.1. Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrolo**

Este estudo teve como objetivo explorar empiricamente duas das principais preposições da Teoria Geral do Crime: as práticas parentais ineficazes são a principal causa do baixo autocontrolo; o autocontrolo é o principal responsável pelo desenvolvimento de comportamentos delinquentes.

A Teoria Geral do Crime de Gottfredson e Hirschi (1990) é um dos modelos criminológicos mais testados empiricamente. Gottfredson e Hirschi defendem que o crime e comportamentos semelhantes ao crime são fonte de excitação e gratificação dos desejos e prazeres imediatos, requerendo poucas competências sociocognitivas. Assim, os comportamentos delinquentes parecem atrair os indivíduos com baixo autocontrolo, descritos pelo seu comportamento impulsivo e autocentrado, e simultaneamente insensíveis às necessidades e ao sofrimento dos outros (Gomes & Santos, 2014). Para além disso, Gottfredson e Hirschi (1990) apontam as práticas parentais ineficazes e desadequadas como a principal causa da falta de autocontrolo e referem quatro condições que devem ser satisfeitas para promover as capacidades de autocontrolo das crianças: vínculo dos pais à criança, supervisão parental, reconhecimento do comportamento desviante e punição do comportamento desviante.

Vários são os investigadores que têm vindo a tentar perceber de que forma o funcionamento familiar afeta a capacidade de autocontrolo e a delinquência. Tendo em conta a quantidade reduzida de estudos existentes nesse âmbito, os autores deste estudo pretenderam verificar a

influência do funcionamento familiar no autocontrolo e se o autocontrolo é mediador na relação entre o funcionamento familiar e a delinquência juvenil.

Para perceber o conceito de funcionamento familiar, os autores recorreram ao Modelo Circumplexo: Coesão e flexibilidade familiar de Oslon (2000, 2011). Este modelo integra duas dimensões familiares que têm vindo a ser apontadas como aspetos centrais na compreensão do funcionamento familiar: a coesão familiar e a flexibilidade familiar. No seu modelo, Oslon define coesão familiar como o laço emocional que o casal ou os membros familiares estabelece entre si e diz respeito à forma como as famílias se organizam entre os dois extremos desde a total separação até à união extrema: famílias desagregadas, famílias algo ligadas, famílias ligadas, famílias muito ligadas e famílias aglutinadas, sendo que os três conceitos centrais dizem respeito a níveis equilibrados de coesão familiar e os restantes a níveis desequilibrados (Gomes & Santos, 2014). A flexibilidade familiar refere-se ao modo com os sistemas familiar reagem a dois extremos, estabilidade e mudança, sendo definida pela quantidade de mudança na liderança, nos papéis e nas regras relacionais (Gomes & Santos, 2014). Deste modo, há cinco níveis em que as famílias se podem posicionar no que diz respeito à sua flexibilidade: famílias rígidas, famílias algo flexíveis, famílias flexíveis, famílias muito flexíveis e famílias caóticas. Tendo sempre em conta as situações pelas quais a família está a passar num determinado momento do seu ciclo familiar, os conceitos centrais correspondem a níveis mais equilibrados de flexibilidade familiar (Gomes & Santos, 2014).

Os investigadores colocaram duas hipóteses a ser testadas:

- Jovens provenientes de sistemas familiares funcionais, por oposição aos jovens de sistemas disfuncionais, apresentam níveis de autocontrolo mais elevados.
- O autocontrolo medeia a relação entre o funcionamento familiar (coesão e flexibilidade) e o comportamento delincente.

A amostra foi constituída por 181 adolescentes de escolas da área de Lisboa, 110 do sexo feminino e 71 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos de idade (M=16.92, DP=1.55).

Foram utilizadas algumas escalas, nomeadamente a “Escala de Coesão e Flexibilidade Familiar” que foi adaptada da *Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale* (FACES IV) que vai

de encontro ao Modelo Circumplexo de Osion (2011). Este instrumento é uma escala de autorrelato, contendo um total de 42 itens, com o objetivo de avaliar as dimensões de funcionamento familiar supramencionadas.

Estes 42 itens dividem-se por 6 subescalas: duas que permitem identificar níveis equilibrados de coesão e flexibilidade, ou seja, a subescala de Coesão Equilibrada (ex.: “Os membros da minha família estão envolvidos nas vidas uns dos outros”) e a subescala de Flexibilidade Equilibrada (ex.: “A nossa família tenta novas formas de lidar com os problemas”); e quatro que permitem identificar níveis desequilibrados (níveis altos e baixos), ou seja, Coesão Desagregada (ex.: “Nós damos-nos melhor com pessoas de fora da nossa família do que com as de dentro”) e Coesão Aglutinada (ex.: “Nós passamos ‘demasiado’ tempo juntos”), Flexibilidade Rígida (ex.: “Na nossa família há uma regra para quase todas as situações”) e Flexibilidade Caótica (ex.: “Na nossa família, parece que nunca nos conseguimos organizar”).

Para além da escala que permitiu aos investigadores avaliar o funcionamento familiar, utilizou mais duas escalas: A escala de Autocontrolo e a Escala de Variedade de Delinquência.

A Escala de Autocontrolo, desenvolvida no âmbito da Teoria Geral do Crime e validade para a população portuguesa por Fonseca (2002), é constituída por 24 itens (ex.: Faço coisas arriscadas só para me divertir”), num score total que pode variar entre 0 e 72, sendo que quanto mais elevado é o score, mais autocontrolo há.

A Escala de Variedade de Delinquência (Sanches, Gouveia-Pereira, Maroco, Gomes e Roncon, 2014), é composta por 19 itens, permitindo identificar comportamentos de delinquência, como por exemplo comportamentos aditivos, comportamentos relacionados com roubos, etc. As respostas variam entre “Sim” e “Não, sendo que a pontuação é de 1 e 0 respetivamente, perfazendo um score que varia entre 0 e 19.

Da análise dos dados resultou que existe uma correlação positiva entre as variáveis funcionamento familiar e autocontrolo, ou seja, o autocontrolo dos jovens aumenta à medida que o funcionamento familiar melhora (Gomes & Santos, 2014). Deste modo foi aceite a primeira hipótese proposta pelos investigadores “Jovens provenientes de sistemas familiares funcionais, por oposição aos jovens de sistemas disfuncionais, apresentam níveis de autocontrolo mais elevados.”. Mais especificamente, a coesão familiar encontra-se

positivamente correlacionada com o autocontrolo (Gomes & Santos, 2014). O mesmo não acontece com a flexibilidade familiar, o que significa que a coesão familiar tem um papel mais preponderante no autocontrolo dos jovens (Gomes & Santos, 2014).

Após a realização de vários testes que foram ao encontro ao método proposto por Baron e Kenny (1986) e que os investigadores utilizaram para testar a segunda hipótese, foi confirmado que a relação entre o funcionamento familiar e delinquência juvenil é totalmente mediada pelas capacidades de autocontrolo dos adolescentes (Gomes & Santos, 2014), aceitando-se a segunda hipótese: “O autocontrolo medeia a relação entre o funcionamento familiar (coesão e flexibilidade) e o comportamento delinvente”.

De acordo com os objetivos a que se propuseram dar resposta através desta investigação, os investigadores concluíram que os sistemas familiares equilibrados, ou seja, com níveis de coesão e flexibilidade familiar balanceados (os adolescentes podem passar algum tempo separados mas também junto das suas famílias, a tomada de decisões é partilhada, a liderança é democrática, etc.), são fonte de um desenvolvimento individual saudável, em que os jovens apresentam níveis de autocontrolo mais elevados (Gomes & Santos, 2014). Para além disso, o papel central do contexto familiar no comportamento delinvente dos jovens, é mediado na sua incapacidade de promover estratégias de autocontrolo, que por sua vez é considerado com premissa fundamental da delinquência juvenil (Gomes & Santos, 2014).

## **2.2. Da vitimização infantil ao desvio e delinquência infantil: estudo exploratório com a aplicação do instrumento ISRD-2**

Este estudo pretendeu caracterizar a delinquência juvenil e averiguar sua prevalência/incidência tendo em conta a existência de problemáticas associadas aos jovens, bem como existência de institucionalizações e também a influência que a vitimização tem na delinquência juvenil.

Para atingir esse objetivo, os investigadores recorreram à aplicação do questionário *International Self Report Delinquency-2* e posterior análise de dados no programa *IBM SPSS Statistics 20*, com vista ao estudo da delinquência juvenil numa amostra de conveniência

dividida em três grupos distintos: grupo considerado normativo, grupo de risco e grupo em acolhimento institucional.

O grupo considerado normativo foi constituído por jovens que não tivessem qualquer processo na CPCJ, nem experiências de institucionalização. O grupo de risco englobava jovens sinalizados pela CPCJ ou jovens cujas famílias estejam sinalizadas como famílias de risco. O grupo em acolhimento institucional foi constituído por jovens que se encontrem institucionalizados. Na totalidade, participaram 57 adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, sendo 29,1% do sexo feminino e 71,9% do sexo masculino.

Foi então aplicado a todos os participantes (tendo por base o preenchimento de um consentimento informado pelos representantes legais) o questionário supramencionado, composto por 69 questões relacionadas com eventos de vida, contexto escolar e de vizinhança, questões sobre adoção de comportamentos desviantes e questões sobre vitimização.

Relativamente às crenças sobre o comportamento violento dos jovens (por exemplo: “Um bocadinho de violência faz parte da diversão” e “É necessário recorrer à força para ser respeitado”), os resultados mostraram que os jovens dos três grupos não apresentam crenças incorretas relativamente ao comportamento violento nos jovens, não se verificando diferenças estatisticamente significativas entre os grupos (Costa, 2013).

No que diz respeito à adoção de comportamentos desviantes (nomeadamente, consumo de álcool, consumo de drogas, venda de drogas, provocar danos propositadamente, furtos, downloads ilegais de músicas ou filmes, posse de objetos perigosos como um pau/faca/corrente, ameaça com objetos perigosos, participar em brigas de grupo e bater ou ferir alguém com pau ou faca), pôde verificar-se que o grupo em acolhimento institucional apresenta maior prevalência desses comportamentos (Costa, 2013). Excetuando as questões relacionadas com o *download* ilegal de filmes e músicas e o uso o computador para fazer pirataria, onde as frequências são bastante semelhantes nos três grupos, em todas as questões o grupo em acolhimento institucional (M=3.27) apresenta frequências mais elevadas, seguindo-se o grupo de risco (M=3.00) (Costa, 2013). Relativamente ao grupo normativo, embora tenha obtido os *scores* mais reduzidos em praticamente todos os comportamentos desviantes (M=2.05), é de realçar o elevado número de jovens que já consumiu bebidas alcoólicas (Costa, 2013).

Por último, no que concerne às questões sobre vitimização infantil-delinquência juvenil, dos 57 jovens participantes, 16 revelaram ter sido vítimas de maus tratos, 3 do grupo de risco e 13 do grupo em acolhimento institucional (Costa, 2013). Destes 16 jovens, 13 eram do sexo masculino. A resposta mais frequente foi terem sido vítimas “algumas vezes” (5 jovens) seguido de “muitas vezes” (4 jovens), sendo que a pessoa maltratante mais frequente foi “o progenitor” (5 jovens), seguida de “outras pessoas” (5 jovens) e “o padrasto” (3 jovens). Relacionando os conceitos de vitimização infantil e delinquência juvenil da análise foi possível constatar que os jovens vítimas de maus tratos apresentam uma média ( $M=4.63$ ) superior aos jovens que não foram vítimas de maus tratos ( $M=2.05$ ), verificando-se correlações estatisticamente significativas entre a vitimização infantil e adoção de comportamentos desviantes (Costa, 2013).

Segundo Costa (2013), embora não se possa estabelecer uma relação de causa-efeito entre vitimização infantil e delinquência juvenil, os resultados parecem ir de encontro à literatura, uma vez que são várias as investigações que sugerem a vitimização infantil como um fator preditor da delinquência juvenil.

A principal limitação deste estudo prendeu-se com o tamanho da amostra, que, por ser reduzido, impede a generalização dos resultados. Ainda assim, segundo Costa (2013), independentemente das limitações referidas, os resultados desta investigação pretenderam despertar a população para aspetos relacionados com os comportamentos desviantes, uma vez que também todas estas questões não se encontram devidamente exploradas quer a nível nacional, que a nível internacional.

Costa (2013) alerta para a investigação neste âmbito dada a importância e urgência em criar uma orientação preventiva destes comportamentos. Por outro lado, afirma que quando o problema já se encontra instalado, é necessário recorrer à intervenção que deve ocorrer em cinco modalidades: o indivíduo, a família, o grupo de pares, a escola e a comunidade.

Quanto à família, foco de atenção no projeto de graduação a que me proponho, o investigador refere que um acompanhamento adequado de famílias carenciadas e treino de competências parentais parece revelar-se uma medida eficaz. Para além disso, ressalta que a família se estabelece como o principal agente de prevenção da delinquência juvenil, uma vez que é o primeiro meio de socialização dos jovens.

## **Capítulo II – Proposta de Investigação**

### **1. Objetivos do estudo**

Como vimos até agora, a delinquência juvenil, ainda que não se constitua um conceito consensual entre os investigadores, é um tema de grande relevância e que merece a nossa atenção tendo em conta a reduzida pesquisa no meio e a necessidade de métodos de prevenção do fenómeno.

Deste modo, no âmbito da prevenção criminal, torna-se fulcral desenvolver investigação que ajude a identificar os fatores que estão na origem desta temática, para que seja possível atuar antecipadamente e deste modo, reduzir a ocorrência de comportamentos delinquentes praticados por jovens.

Com a proposta que se segue pretende-se averiguar se existe uma relação causal entre a falta de supervisão parental, uma das lacunas mais frequentes nas práticas educativas parentais, e a adoção de comportamentos antissociais, e deste modo, identificar um dos fatores passíveis de atuar precocemente.

Pretende-se, particularmente, perceber se os jovens referenciados numa comissão de proteção de crianças e jovens da zona Norte do país, muitas das vezes por absentismo escolar ou pela prática de comportamentos de risco que põe em causa a sua própria saúde e bem-estar e/ou a de outrem, sofrem de falta de supervisão parental ou de práticas educativas menos apropriadas pelos seus progenitores/cuidadores.

Do objetivo geral, partem os seguintes objetivos específicos:

- Perceber de que forma a relação estabelecida entre pais e filhos influencia a adoção de comportamentos antissociais pelos jovens.
- Identificar os comportamentos adotados pelos jovens cujas práticas parentais se revelam ineficazes.
- Identificar as atitudes parentais adotadas perante a prática de comportamentos antissociais pelos filhos.

- Perceber de que forma as atitudes tomadas face a essa problemática promovem ou reprimem a adoção de futuros comportamentos antissociais.

Dos objetivos estabelecidos, estabeleço como meta principal possibilitar o desenvolvimento de estratégias, nomeadamente programas de intervenção que consigam dar resposta às dificuldades dos pais no que diz respeito ao papel parental.

## **2. Método**

A escolha do método parte dos objetivos colocados pelo investigador. Em concordância com o exposto, este projeto de investigação desenvolve-se através de um estudo exploratório-descritivo. Este método de estudo caracteriza-se por ser intensivo, pois abrange diversas dimensões, aprofundado, por incluir um estudo do passado, com recurso a uma análise documental, parte quantitativa do método. Esta análise documental visa consultar processos de jovens referenciados, para a partir daqui selecionar os participantes e posteriormente complementar com a utilização de uma outra técnica, a entrevista. Esta tem um cariz qualitativo, pois serve para procurar perceber as causas e motivos do fenómeno tratado.

O estudo de caso permite estudar um caso em profundidade e pode ser usado como forma de metodologia complementar de aprofundamento às técnicas a utilizar posteriormente, as entrevistas.

A aplicação do método recorre a análise documental, assim com a entrevista, tornando-o num estudo misto, pois é de cariz qualitativo e quantitativo.

### **2.1. Participantes**

A seleção da amostra acentuou num único critério: estar referenciado na comissão pela problemática de absentismo escolar. Assim para selecionar os participantes recorri à consulta de expediente referente ao número de jovens referenciados por essa problemática desde 2013.

Definimos especificamente este critério, uma vez que considero que o absentismo escolar é um dos aspetos que poderá revelar uma supervisão parental ineficaz, e que mais tarde muitos desses jovens adotam comportamentos delinquentes.

Posto isto, a amostra a utilizar neste projeto de investigação, serão 37 jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos de idade referenciados na CPCJ mencionada, pela problemática de absentismo escolar nos anos de 2013 até o ano de 2017.

## **2.2.Instrumentos**

O instrumento utilizado nesta proposta de investigação é a entrevista semiestruturada para recolha de informação, uma para os pais/cuidadores e outra para os jovens (cf. ANEXO I).

A entrevista é de cariz exploratória e de aprofundamento. Exploratória na medida em que nos ajuda a perceber novas práticas educativas por parte dos progenitores que não constam nos processos anteriormente analisados. De aprofundamento para o melhor entendimento e esclarecimento daquelas que já estão referidas nos processos.

As entrevistas terão como principal objetivo avaliar as práticas educativas utilizadas pelos pais, através do relato dos mesmos, quer pelos próprios jovens quer pelos próprios pais para tentar perceber que tipo de regras e educação os seus pais lhe davam, de seguida diagnosticar quais os problemas adjacentes nos casos e por fim para mediar, pois após a reflexão das entrevistas surgiram possíveis soluções que podem conduzir a um projeto de intervenção, para o melhoramento das práticas educativas dos mesmos progenitores, de forma a combater o fenómeno da delinquência juvenil, perpetuado pelos seus filhos.

O tipo de entrevista a utilizar é de foco individual, pois é mais fácil de organizar e filtrar a relevância daquilo que é dito pela pessoa. Para além disso tem como objeto de estudo os comportamentos e características das famílias das respetivas pessoas entrevistadas e tem um grau de autonomia semiestruturada como já foi referido anteriormente, na minha perspetiva a melhor solução, uma vez que nos permite seguir um certo fio condutor e ao mesmo tempo ter a liberdade para explorar certos pontos que seja pertinente abordar. A nível de profundidade estão

centradas em respostas livres e questões abertas, e por fim de modalidade presencial, assim permite uma melhor leitura comportamental da pessoa que está a ser entrevistada.

Assim, operacionalizando o que foi dito até agora, as entrevistas (aos jovens e aos pais) estão divididas em duas partes, sendo que a primeira consiste na identificação da pessoa entrevistada. No caso da entrevista feita aos pais, temos a particularidade de incluir um teste, o teste de Graffar (DGS, 2001), uma classificação social internacional, que nos permite abordar um conjunto de questões importantes, dividindo-se em 5 grupos de avaliação: A-Profissão, B-Nível de instrução, C- Fontes de rendimento familiar, D- Conforto do Alojamento, E-Aspetto do bairro onde habita. Este teste deve ser preenchido pelo entrevistador, juntamente com o entrevistado, sendo que seria importante ter um conhecimento prévio, e se possível, *in loco*, das condições, nomeadamente habitacionais, da família. Assim, temos de ter em conta algumas particularidades como: as famílias classificar-se-ão em cinco categorias segundo a profissão do pai, a menos que a mãe exerça uma profissão de nível mais elevado; no que diz respeito ao alojamento, trata-se de dar uma impressão de conjunto, ainda que um pouco subjetiva.

Na segunda parte da entrevista são feitas questões mais dirigidas quer ao jovem, quer aos pais, no âmbito de perceber as perspetivas de cada um relativamente à escola e ao funcionamento familiar. As questões são de âmbito subjetivo uma vez que não são fechadas, o que poderá dificultar a análise dos dados. No entanto, o objetivo será, posteriormente à fase de colheita de dados, analisar cada entrevista e encontrar conceitos comuns em todas elas, de modo a perceber quais os fatores que mais são colocados em causa quando se aborda esta temática. Para além destas questões, na segunda parte da entrevista ao jovem, será aplicada a escala de APGAR Familiar (Sousa, Figueiredo & Erdmann, 2010). Esta escala caracteriza-se por ser de fácil aplicação, permitindo que, neste caso o jovem, dê o seu parecer acerca do funcionamento da sua família, respondendo a 5 itens que correspondem a parâmetros básicos da função familiar: Adaptação, Participação, Crescimento, Afeição e Resolução. A utilização desta escala permite-nos ter respostas mais objetivas, simplificando o processo e análise de dados.

### **2.3.Procedimentos**

Face aos objetivos previamente estabelecidos, pretende-se desenvolver tarefas que permitam os mesmos, sensibilizando os progenitores face à problemática da delinquência juvenil, alertando-os de que forma podem conduzir os seus filhos para uma vida inconveniente e os efeitos que isto poderá ter futuramente nas suas vidas. Apesar de o foco da intervenção serem os jovens, é importante atuar no seio familiar para mais tarde não ser necessário intervir a nível institucional. Seguem-se assim as tarefas a desenvolver no âmbito da presente proposta de investigação.

Os procedimentos estão divididos em duas fases. A primeira fase consiste em analisar os processos da comissão (entidade a quem foi dirigido um pedido de autorização para consulta dos mesmos processos, cf. ANEXO II) dos jovens referenciados pela problemática de absentismo escolar, para tentar perceber o funcionamento familiar em que se insere, ou seja, que tipo de educação recebe, isto é se os pais impõe algumas regras, se acompanham de perto a sua vida social e escolar, e que tipo de respostas dá perante as situações que lhe são adversas ao longo da sua adolescência.

A segunda fase passa pela recolha de informação com recurso a entrevistas aos progenitores e aos próprios jovens com a finalidade de perceber que tipo de práticas educativas adotam e quais as principais dificuldades sentidas na educação dos seus filhos.

Nesta segunda fase há alguns cuidados a ter de modo a garantir a idoneidade das entrevistas a realizar. Devem ser definidos os objetivos, de acordo com hipóteses e modelos de análise, introduzir e legitimar o estudo, atender a condições de espaço e tempo, atender a características da população-alvo, atender a possíveis distorções e prover de condições de registo, gravação ou transcrição, e por último realizar pré-teste e teste. Durante a entrevista devemos-nos introduzir a nós próprios e ao projeto que está ser realizado, de seguida assegurar a confidencialidade e explicar como a privacidade irá ser protegida, dizer aos entrevistados como os seus pontos de vista são importantes e por que razão, pedir autorização para gravar ou tirar notas, colocar os entrevistados à vontade através de perguntas de circunstância, atender às condições de audição, de espaço e de tempo, confirmando-se todos os passos referidos, então progredimos com a entrevista, conforme estipulado no guião.

No seguimento do que foi dito anteriormente, para que seja possível realizar as entrevistas de modo a respeitar e assegurar as questões éticas e deontológicas que aqui se exaltam, será entregue um termo de consentimento informado, livre e esclarecido (cf. ANEXOS III e IV) aos jovens/tutores legais no caso dos jovens menores de idade e aos pais dos respetivos jovens, aos quais também será realizada uma entrevista.

### **3. Apresentação e discussão de resultados expectáveis**

De acordo com os objetivos definidos, será expectável que a falta de supervisão parental seja um dos fatores que influencie a prática de comportamentos delinquentes pelos jovens.

Os jovens consideram que os seus pais são “um porto de abrigo” dos perigos da sociedade. Através do estabelecimento de regras, da expressão de valores que inculcam nos jovens valores de preocupação com o bem-estar do outro, leva os jovens “a levar em consideração essas preocupações e orientações quando se debate com a possibilidade de vir a cometer um acto delincente.” (Ferreira, 1997, p.920).

O estabelecimento de relações coesas com os pais é um fator importante na interiorização dos ideais que se pretendem inculcar. A inexistência dessas relações “minimiza a sensibilidade do adolescente às opiniões dos pais, deixando-o mais liberto para poder responder às solicitações situacionais e ao encorajamento dos amigos.” (Ferreira, 1997, p.920).

Para além das relações na família, o fator socioeconómico, assume também um papel importante, na medida que famílias pertencentes a uma classe social mais baixa, praticam uma supervisão parental menos eficiente (Ferreira, 1997). Por exemplo, o desemprego constitui uma condição desfavorável ao funcionamento familiar e, nomeadamente, à educação dos filhos. O grau em que se insere a profissão constitui um fator a considerar, tendo em conta que “os valores adquiridos em situações de trabalho tendem a ser generalizados a situações não ocupacionais, nomeadamente nas práticas disciplinares familiares” (Ferreira, 1997, p.920). Pais socioeconomicamente desfavorecidos tendem a adotar estratégias de disciplina como a repreensão, as ameaças e castigos físicos, contrariamente aos pais socioeconomicamente mais

favorecidos que valorizam estratégias disciplinares indutivas como por exemplo o recurso ao raciocínio moral (Ferreira, 1997).

Sendo a família um primeiro meio de socialização dos jovens, a escola constitui o segundo principal meio.

A partir do momento em que o jovem entra na escola o seu meio de influência aumenta, ficando exposto às ações dos outros e não só às dos pais como até então.

O absentismo escolar demonstra falta de empenho e desinteresse escolar, e pode ser algo que ocorra a nível individual (por desânimo em relação a baixos níveis de desempenho escolar por exemplo) ou a nível coletivo (por influência dos pares). Qualquer uma das situações se constitui um fator de risco para a adoção de comportamentos delinquentes. “Atitudes positivas em relação à escola e aos professores, bem como a participação em atividades escolares, correlacionam-se negativamente com as práticas delinquentes” (Ferreira, 1997, p.922).

Para além disso, deverá ser de extrema importância que, os pais supervisionem as relações dos filhos com os amigos. “Dada a importância da aprendizagem grupal na reprodução subcultural, podemos esperar que as associações com os amigos delinquentes são vitais para a iniciação ao mundo da delinquência.” (Ferreira, 1997, p.921).

De acordo com Ferreira (1997, p. 913), “a família e a escola estão no centro da problemática em torno da «delinquência juvenil»”, sendo que “a delinquência é produto da incapacidade dessas duas estruturas de socialização de levarem, em muitos casos, a bom termo as responsabilidades e os deveres que socialmente lhes competem realizar.”

Deste modo, é importante que os pais mantenham uma ligação contínua e efetiva com a escola, para que em parceria seja possível criar um ambiente favorável à escolha de atitudes promotoras ao desenvolvimento de bons cidadãos. Estar atento à realização dos trabalhos de casa escolares dos jovens, questioná-los quanto à sua satisfação pessoal a nível académico, perceber quais as suas áreas de maior interesse, são exemplos de atitudes impulsionadoras de uma supervisão parental eficaz. “O tempo gasto nos trabalhos de casa e a percepção da relevância do currículo académico estão também relacionados negativamente com a delinquência.” (Ferreira, 1997, p. 922).

Assim, consideramos que uma boa estratégia seria desenvolver programas interventivos direcionados conjuntamente aos pais e à escola, numa perspetiva de os ajudar a encontrar

estratégias que os possibilitem de perceber quais os focos que carecem de atenção relativamente aos seus filhos. Para além disso, não nos podemos esquecer das fragilidades de cada família a nível interno (por exemplo, a condição socioeconómica), que, como será de esperar, afetam o funcionamento familiar e, conseqüentemente, afetarão o desenvolvimento biopsicossocial saudável dos jovens.

## Conclusão

A elaboração deste projeto permitiu-nos, através de uma revisão da literatura existente, aprofundar os conhecimentos relativos ao conceito de delinquência juvenil.

Apesar de alguma diminuição, no nosso país, nos últimos anos, em casos de delinquência juvenil, pela sua magnitude e impacto é um fenómeno que importa estudar. Essencialmente numa perspectiva de possibilitar a criação de programas de intervenção precoce, o estudo dos fatores que estão na base dos comportamentos delinquentes adotados pelos jovens, constituem-se, ou deviam constituir-se uma prioridade.

A família, nomeadamente os pais, são um vetor privilegiado no acompanhamento da criança e jovem ao longo do seu desenvolvimento. Quando pensamos em crianças e ainda mais em jovens, automaticamente associamos um conjunto de regras, impostas quer pelos próprios pais e outras também pela sociedade que tende a orientar os pais para aquilo que é a imagem ideal da infância/adolescência.

Quando há uma falha por parte das entidades que são a base de formação dos jovens, nomeadamente os pais e posteriormente a escola, pode haver um desequilíbrio entre aquilo que é expectável o jovem ser, a nível individual e coletivo, e aquilo que efetivamente é.

A elaboração deste projeto enfrentou algumas limitações, nomeadamente a escassa literatura existente (e particularmente relativamente a fatores de risco e consequentes medidas interventivas a tomar), a amostra não representativa da população e, por último, o facto de a entrevista não ser constituída por questões de resposta fechada (sim e não) pode levar a um maior tempo gasto em todo o processo de análise de dados, maior subjetividade nas respostas dadas e maior risco de parcialidade por parte do entrevistador.

Tendo em conta a necessidade de se efetuar um estudo de fatores que despoletem a prática de condutas sancionadas jurídico-criminalmente, a atuação por parte do criminólogo justificar-se-ia, uma vez que possui as competências necessárias para tal, nomeadamente: capacidade de avaliação do risco, identificação e resolução dos problemas com base na potenciação das competências individuais dos jovens e promoção de competências educativas nos pais. O criminólogo constitui-se, deste modo, uma peça fundamental para uma atuação multidisciplinar face à complexidade da problemática.

Na sociedade atual, onde a exceção teima em ser a regra, em temáticas como esta o estabelecimento de regras parece continuar a fazer sentido. “A existência de regras permite estabelecer uma fronteira entre a conformidade e a transgressão.” (Ferreira, 1997, p.915).

## Referências

- Albuquerque, C., M., S. (2012). Comportamentos de saúde infanto-juvenis: realidades e perspectivas. (pp. 228-244). Disponível em, <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/comportamentos-de-saude-infanto-juvenis-realidades-e-perspetivas.aspx>
- Alcarão, M. & Gaspar, M., F. (2007). Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paideia*, 17 (36), (pp. 89-102). Disponível em, [www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a09.pdf)
- Barradas, M., T., C. (2012). Envolvimento parental e Sucesso escolar- Estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Ciências da Família, Universidade Católica Portuguesa. Disponível em, <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13432/3/ENVOLVIMENTO%20PARENTAL%20E%20SUCESSO%20ESCOLAR%20-%20ESTUDO%20DE%20CASO.pdf>
- Cardoso, S., I., G., S. (2014). Absentismo escolar: uma consequência individual ou do sistema familiar?. Projeto de Graduação de Licenciatura em Criminologia, Universidade Fernando Pessoa. Disponível em, [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4280/1/projecto%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20final%20%281%29%20vi\\_Sara\\_corrigido%20-%20C%C3%B3pia.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4280/1/projecto%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20final%20%281%29%20vi_Sara_corrigido%20-%20C%C3%B3pia.pdf)
- Costa, T., A., M. (2013). Da vitimização ao desvio e delinquência infantil: estudo exploratório com a aplicação do instrumento ISRD- 2. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça. Disponível em, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27015/1/Tiago%20Andr%C3%A9%20Martins%20Costa.pdf>
- D'Avila-Bacarji, K, Marturano, E., Elias, L. (2005). Recursos e adversidades no ambiente familiar de crianças com desempenho escolar pobre. *Paidéia*, 15 (30), (pp. 43-45).
- Dias, M., O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistémica, o processo de comunicação no sistema familiar. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 19 (2011): 139-156. Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9176>

- DGS, (2001). Impressos para admissão na rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portugueses portadores de perturbação pós-stress traumático (Índice de Graffar).
- Gomes, H., M, S., & Pereira M., G. (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrolo. *Revista Análise Psicológica*, 4 (32): 439-451. doi: 10.14417/ap.958. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v32n4/v32n4a05.pdf>
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Macedo, F., G., Figueiredo., M., C., A., B. & Erdmann., A., L. (2010). Instrumentos para avaliação e intervenção na família: um estudo descritivo. *Revista de Pesquisa em Saúde*, 11 (1), (pp. 60-63). Disponível em, <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahuufma/article/view/341>
- Mondim, E. (2008). *Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos*, Psico. Argum, (pp. 233 – 244).
- Negreiros, J. (2016). Delinquência in: Maia, R., Nunes, L., Caridade, S., Sani, A., Estrada, R., Nogueira, C., Fernandes, H e Afonso, L. (Coord). *Dicionário Crime, Justiça e Sociedade*. Lisboa, Sílabo (pp. 158-159).
- Pais, M., F., X. (2012). Delinquência juvenil: As consequências da ausência de vínculos familiares na adoção de comportamentos desviantes. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Fernando Pessoa, Portugal. Disponível em [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3362/3/T\\_21283.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3362/3/T_21283.pdf)
- Pedro, J., J., B. (2009). Parceiros no cuidar: a perspetiva do enfermeiro no cuidar com a família, a criança com doença crónica. Dissertação de Mestrado em Ciências de Enfermagem, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Disponível em, <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20171/2/Dissertao%20de%20Mestrado%20de%20Joo%20Pedro.pdf>
- Perista, H., Cardoso, A., Silva, M. & Carrilho, P. (s/d). Delinquência e Violência Juvenil em Portugal: Traçando um retrato a diferentes vozes. Disponível em, [http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev\\_NationalReport\\_PT.pdf](http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev_NationalReport_PT.pdf)

- Perista, H., Cardoso, A., Silva, M. & Carrilho, P. (s/d). Delinquência e Violência Juvenil em Portugal: Recomendações. Disponível em, [http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev\\_Summary+Recommendations\\_PT.pdf](http://www.youprev.eu/pdf/YouPrev_Summary+Recommendations_PT.pdf)
- Relvas, A. (1996). *O ciclo vital da família – perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sampaio, M. B. G. (2010). O outro lado da vida (delinquência juvenil e justiça). Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Biomédicas Abela Salazar – Universidade do porto, Portugal.
- Santos, A., C. (2011). Estilos parentais e adaptação psicológica de jovens integrados no programa integrado de educação e formação. Acedido em <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/3153>
- Silva, D., F., M. (2002). O desenvolvimento das trajetórias do comportamento delinquente em adolescentes infratores. Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2101/000364196.pdf?sequence=1>
- Snyder, J. & Gerald R. Patterson, G., P. (1987). *Handbook of Juvenile Delinquency: Family interaction and delinquent behavior* (pp. 216-243). Nova Iorque: John Willey & Sons.
- Sousa, J., C., P. (2010). Grupo V- APGAR Familiar. Repositório ISMT. Disponível em, <http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/261/19/Grupo%20V%20-%20APGAR%20Familiar%20%28Smilkstein%29.pdf>
- Vicente, A., L., C. (2010). Conjugalidade e Parentalidade: Estudo sobre a influência das preocupações parentais na satisfação conjugal em pais de crianças com 1 a 5 anos de idade em educação pré-escolar. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Instituto Superior Miguel Torga. Disponível em, [http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/216/1/Tese\\_final\\_Ana.pdf](http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/216/1/Tese_final_Ana.pdf)
- World Youth Report (2003). *Juvenile Delinquency* (pp. 188-211). New York: United Nations.

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **Entrevista semiestruturada para o levantamento de necessidade**

## **Entrevista semiestruturada para o levantamento de necessidades**

**Elaborado por:** Márcio Gabriel

A presente entrevista semiestruturada procura aferir as necessidades de intervenção e prevenção no fenómeno da delinquência juvenil. De forma mais específica, pretende-se identificar alguns fatores que influenciam a adoção de comportamentos desajustados, nomeadamente no setor familiar, com vista a delinear-se estratégias de intervenção e prevenção das mesmas.

Neste sentido, a presente entrevista será realizada junto de jovens referenciados numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) por absentismo escolar, e, numa segunda parte, juntos dos pais dos mesmos.

### **Ao jovem referenciado na CPCJ**

Idade-

Sexo-

1. Há quanto tempo está a ser acompanhado pela Comissão?
2. Em que escola e em que ano se encontra?
3. Quais as disciplinas que mais gosta?
4. Gosta de frequentar a escola? Que papel acha que a escola tem na formação do seu futuro?
5. Considera ter um bom comportamento em sala de aula e recreio?
6. O que é que o desagrada na escola?
7. Participa em alguma atividade extracurricular? Qual?
8. Considera que os seus pais acompanham a sua vida escolar?
9. Quando falta às aulas, por que o faz?

10. Que outro(s) comportamento(s) teve que o puseram em situações menos confortáveis?
11. Há algum tipo de punição dada pelos seus pais quando há um comportamento inadequado da sua parte?
12. Se sim, que tipo de punição e o que pensa acerca disso?
13. Como caracteriza a relação que tem com os seus pais?
14. Consideras a construção de amizades algo essencial na escola?
15. Como caracterizas o teu grupo de amigos e quais as atividades que mais gostam de fazer juntos?
16. Quais os teus objetivos de futuro?

### **APGAR FAMILIAR (Smilkstein)**

#### **A**

Estou satisfeito(a) com a ajuda que recebo da minha família, sempre que alguma coisa me preocupa.

Quase Sempre (2)

Algumas Vezes (1)

Quase Nunca (0)

#### **B**

Estou satisfeito(a) pela forma como a minha família discute assuntos de interesse comum e compartilha comigo a solução do problema.

Quase Sempre (2)

Algumas Vezes (1)

Quase Nunca (0)

## **C**

Acho que a minha família concorda com o meu desejo de encetar novas atividades ou de modificar o meu estilo de vida.

Quase Sempre (2)

Algumas Vezes (1)

Quase Nunca (0)

## **D**

Estou satisfeito com o modo como a minha família manifesta a sua afeição e reage aos meus sentimentos, tais como irritação, pesar e amor.

Quase Sempre (2)

Algumas Vezes (1)

Quase Nunca (0)

## **E**

Estou satisfeito com o tempo que passo com a minha família.

Quase Sempre (2)

Algumas Vezes (1)

Quase Nunca (0)

Pontuação de 7 a 10 – Família altamente funcional

Pontuação de 4 a 6 – Família com moderada disfunção

Pontuação de 0 a 3 – Família com disfunção acentuada

### **Aos pais**

Idade-

Sexo-

Teste de Graffar (score)

1. Que valores considera essenciais um individuo possuir relativamente à sua profissão?
2. Qual a sua opinião relativa ao percurso escolar do seu filho/a (potencialidades e dificuldades que percebe)?
3. Caso o seu filho/a apresente dificuldades no estudo considera que ele/a partilha consigo numa tentativa de o ajudar a ultrapassar essas mesmas dificuldades?
4. Com que frequência fala com o seu filho/a relativamente ao seu dia-a-dia na escola?
5. Em média, por semana, quantas horas passa com o seu filho?
6. Considera importante que os seus filhos estejam envolvidos em alguma atividade extracurricular? Porquê?
7. O que pensa sobre as faltas à escola?
8. Tem conhecimento de alguma situação mais problemática relativa ao seu filho/a?
9. Se sim, que medida tomou relativamente a isso (castigo/repreensão/moralização)?
10. Como é que o seu filho reagiu a essa medida?
11. Como descreve a escola?
12. Há alguma coisa que mudava no funcionamento da instituição?
13. Considera suficientes as medidas preventivas até agora instituídas?
14. Sente alguma dificuldade em ter controlo sobre o seu filho/a no sentido de o ajudar e orientar para o caminho mais correto?

15. Que tipo de iniciativas/medidas acha que deve tomar para prevenir comportamentos negativos por parte do seu filho/a?

### TESTE DE GRAFFAR

#### A Profissão

Grau	Condições	Opção
1º grau	Directores de bancos, directores técnicos de empresas, licenciados, engenheiros, profissionais com títulos universitários ou de escolas especiais e militares de alta patente.	
2º grau	Chefes de secções administrativas ou de negócios de grandes empresas, subdirectores de bancos, peritos, técnicos e comerciantes.	
3º grau	Ajudantes técnicos, desenhadores, caixeiros, contra-mestres, oficiais de primeira, encarregados, capatazes e mestres-de-obra.	
4º grau	Operários especializados com ensino primário completo (ex. motoristas, polícias, cozinheiros, etc.).	
5º grau	Trabalhadores manuais ou operários não especializados (ex: jornaleiros, mandaretas, ajudantes de cozinha, mulheres de limpeza (etc)).	

**B Nível de  
instrução**

Grau	Condições	Opção
1º grau	Ensino universitário ou equivalente (12 ou mais anos de estudo). Por ex., catedráticos, doutores ou licenciados, economistas, notários, juízes, magistrados, agentes do Ministério Público, militares da Academia.	
2º grau	Ensino médio ou técnico superior (10 a 11 anos de estudo). Por exemplo, técnicos e peritos.	
3º grau	Ensino médio ou técnico inferior (8 a 9 anos de estudo). Por exemplo, indivíduos com cursos de liceu, industrial ou comercial, militares de baixa-patente ou sem Academia.	
4º grau	Ensino primário completo (6 anos de estudo).	
5º grau	Ensino primário incompleto (com um ou dois anos de escola primária, que sabem ler) ou nulo (analfabetos).	

**C fontes de rendimento  
familiar**

Grau	Condições	Opção
------	-----------	-------

1º grau	A fonte principal é fortuna herdada ou adquirida (ex: pessoas que vivem de rendimentos, proprietários de grandes indústrias ou grandes estabelecimentos comerciais).	
2º grau	Os rendimentos consistem em lucros de empresas, altos honorários, lugares bem remunerados, etc. (ex: encarregados e gerentes, representantes de grandes firmas comerciais, profissões liberais com grandes vencimentos).	
3º grau	Os rendimentos correspondem a um vencimento mensal fixo, tipo funcionário (ex: empregados de Estado, Governos Cívicos ou Câmaras Municipais, cargos de responsabilidade em grandes empresas)	
4º grau	Os rendimentos resultam de salários, ou seja remuneração por semana, por jorna, por horas ou à tarefa.	
5º grau	O indivíduo ou a família são sustentados pela beneficência pública ou privada (ex: indivíduos sem rendimentos). Não se incluem neste grupo as pensões de desemprego ou de incapacidade para o trabalho.	

#### **D Conforto do alojamento**

Grau	Condições	Opção
1º grau	Casas ou andares luxuosos e muito grandes, oferecendo aos seus moderadores o máximo conforto	

2º grau:	Casas ou andares que, sem serem tão luxuosos como os da categoria precedente, são, não obstante, espaçosas e confortáveis	
3º grau	Casas ou andares modestos, bem construídos e em bom estado de conservação, bem iluminadas e arejadas, com cozinha e casa de banho.	
4º grau	Categoria intermédia entre 3 e 5.	
5º grau	Alojamentos impróprios para uma vida decente, choças, barracas ou andares desprovidos de todo o conforto, ventilação, iluminação ou também aqueles onde moram demasiadas pessoas em promiscuidade.	

### **E Aspecto do bairro onde**

#### **habita**

Grau	Condições	Opção
1º grau	Bairro residencial elegante, onde o valor do terreno ou os alugueres são elevados	
2º grau	Bairro residencial bom, de ruas largas com casas confortáveis e bem conservadas.	
3º grau	Bairro em ruas comerciais ou estreitas e antigas, com casas de aspecto geral menos confortável.	
4º grau	Bairro operário, populoso, mal arejado ou bairro em que o valor do terreno está diminuído como consequência da	

	proximidade de oficinas, fábricas, estações de caminhos de ferro, etc.	
5º grau	Bairros de lata.	

### **Classificação Social**

A soma total dos pontos obtidos na classificação dos cinco critérios dá-nos uma pontuação final que corresponde à classe social, conforme a classificação que se segue:

<b>Classe I</b>	Famílias cuja soma de pontos vai de 5 a 9.	Alta
<b>Classe II</b>	Famílias cuja soma de pontos vai de 10 a 13.	Média Alta
<b>Classe III</b>	Famílias cuja soma de pontos vai de 14 a 17.	Média
<b>Classe IV</b>	Famílias cuja soma de pontos vai de 18 a 21.	Média Baixa
<b>Classe V</b>	Famílias cuja soma de pontos vai de 22 a 25.	Baixa (pobre)

DATA : \_\_\_\_\_

## **ANEXO II**

**Pedido de Autorização à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da região onde se realizou o estudo**

## **Pedido de Autorização**

Exma. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens Póvoa de Lanhoso

Assunto: Pedido de autorização para realização de investigação

Porto, 15 de maio de 2018

Eu, Márcio Gabriel Gomes de Oliveira, estudante da licenciatura em Criminologia, venho por este meio solicitar a colaboração desta Instituição, no sentido de permitir a realização da recolha de dados para fins investigativos, necessários à conclusão do Projeto de Graduação no âmbito do curso de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, sob orientação da Doutora Sónia Caridade.

A investigação visa a de entrevistas a jovens referenciados nesta instituição, assim como aos seus responsáveis legais. O objetivo é perceber que fatores estão associados à prática de comportamentos antissociais pelos jovens, nomeadamente aprofundar a questão da supervisão parental como possível fator condicionante.

Os dados a serem recolhidos são absolutamente confidenciais por motivos éticos e deontológicos e a participação da investigação é consentida, livre e esclarecida.

Em anexo enviarei as respetivas entrevistas a realizar.

Agradeço desde já a disponibilidade.

Com os melhores cumprimentos

Márcio Oliveira.

## **ANEXO III**

**Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido aos jovens referenciados/tutores legais no caso de serem menores**

## **Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido**

No âmbito do Projeto de graduação da Licenciatura em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa- Porto, será realizada uma entrevista que cariz exploratório aos jovens referenciados na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens local. O objetivo do estudo é perceber que fatores estão associados à prática de comportamentos antissociais, nomeadamente aprofundar a questão da supervisão parental.

Eu, \_\_\_\_\_, responsável pelo menor \_\_\_\_\_ autorizo a participação do menor neste estudo de investigação de licenciatura em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa- Porto pela aluno Márcio Oliveira, a decorrer na instituição referida.

Compreendi a explicação que me foi fornecida relativamente à investigação. Foi-me dada a oportunidade de fim de esclarecer minhas dúvidas e de todas obtive uma resposta satisfatória.

Foi-me assegurado a confidencialidade deste estudo e que a qualquer momento o participante poderia recusar a participação sem qualquer tipo de prejuízo.

Concordo que os dados recolhidos sejam analisados pelos investigadores que estejam envolvidos no presente estudo.

Data: \_\_\_/\_\_\_/2018

Local: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O Responsável

\_\_\_\_\_

O Investigador

## **ANEXO IV**

**Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido aos pais dos jovens referenciados**

### **Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido**

No âmbito do Projeto de graduação da Licenciatura em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa- Porto, será realizada uma entrevista que cariz exploratório aos jovens referenciados na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens local. O objetivo do estudo é perceber que fatores estão associados à prática de comportamentos antissociais, nomeadamente aprofundar a questão da supervisão parental.

Eu, \_\_\_\_\_, mãe/pai do jovem \_\_\_\_\_ referenciado na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens local, declaro que aceito participar neste estudo de investigação de licenciatura em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa- Porto pela aluno Márcio Oliveira, a decorrer na instituição referida.

Compreendi a explicação que me foi fornecida relativamente à investigação. Foi-me dada a oportunidade de fim de esclarecer minhas dúvidas e de todas obtive uma resposta satisfatória.

Foi-me assegurado a confidencialidade deste estudo e que a qualquer momento o participante poderia recusar a participação sem qualquer tipo de prejuízo.

Concordo que os dados recolhidos sejam analisados pelos investigadores que estejam envolvidos no presente estudo.

Data: \_\_\_/\_\_\_/2018

Local: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

O pai/mãe

\_\_\_\_\_

O Investigador